Ata da décima sexta sessão ordinária do segundo período legislativo da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, realizada no dia 02 de setembro de 2026. No salão do plenário rosa feliz pereira. Observou-se que a mesa não está composta. Sob a presidência interina da vereadora Roberta Araújo. A presidente Roberta Araújo convidou o vereador Osvaldo Alves, a assumir a (primeira secretária) é o vereador Edson Sousa, a assumir a (segunda secretária) A presidente Roberta Araújo, solicitou que o primeiro secretário, o vereador, Osvaldo Alves, a realizar a chamada dos edis presentes: Edson Farias, Edson Sousa, Marcos Paulo, Izanides Filho, Drô Alfaia, Osvaldo Alves, Branco Manga, Roberta Araújo. Contatou-se a ausência dos vereadores Walter Oeiras, Kennedy Santana é a vereadora Andreia Veiga, estão a serviço do município. Havendo o número legal, a presidente declarou aberta a sessão ordinária do dia de hoje, Invocando a proteção de Deus em nome do povo Oeirense declarou aberta a presente sessão. A presidente Roberta Araújo convidou os demais vereadores a realizar uma oração. Deu início conforme a disciplina o Regimento Interno desta Casa, com a apresentação do expediente, destinado à leitura de documentos de qualquer origem. Ressalta-se que durante todo o tempo da sessão, permanecera à disposição dos parlamentares e demais presentes, a Bíblia Sagrada, a Constituição Federal é Estadual, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Câmara Municipal. Ordem do Dia Passou-se à discussão e votação da ata da sessão ordinária anterior, conforme determina o Regimento Interno desta casa. A ata foi colocada em discussão e todos os vereadores votaram pela aprovação. A Presidente Roberta Araújo solicitou o Senhor Secretário da Mesa que procedesse à leitura da matéria dos expedientes, obedecendo à seguinte ordem: Expedientes oriundos do Poder Executivo, Expedientes oriundos de outras origens, Expedientes apresentados pelos vereadores. Com a palavra, sua Excelência o vereador Osvaldo Alves: EXPEDIENTE DO LEGISLATIVO Parecer do Relator e Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em conjunto, acerca da análise do Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2026, de 7 de abril de 2026, de autoria do Vereador Edson Sousa, que institui diretrizes para o atendimento prioritário às comunidades ribeirinhas e aos moradores de localidades rurais do Município, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências. Parecer do Relator e Parecer da Comissão de Assuntos Sociais acerca da análise do Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2026, de 7 de abril de 2026, de autoria do Vereador Edson Sousa, que institui diretrizes para o atendimento prioritário às comunidades ribeirinhas e aos moradores de localidades rurais do Município, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá

outras providências. Feita a leitura, Presidente. Palavra facultada aos vereadores, pelo prazo máximo de cinco minutos. Com a palavra, o Vereador Drô Alfaia: que cumprimentou a todos os presentes e, em nome da Mesa constituída, saudou o Vereador Osvaldo e os demais presentes. Em seguida, utilizou o Pequeno Expediente para tratar da questão do abastecimento de água no Município, assunto que, segundo o parlamentar, tem sido bastante comentado e cobrado pela população. O Vereador informou que já procurou verificar de que forma poderá ser realizado um trabalho conjunto, inclusive com a possibilidade de criação de uma frente parlamentar ou equipe de trabalho, com o objetivo de buscar providências e soluções para os problemas relacionados ao abastecimento de água. Destacou a necessidade de compreender melhor as causas que vêm ocasionando os problemas no fornecimento. Relatou, ainda, o caso de uma moradora da Rua Santa Terezinha que, durante a manhã, ficou sem água, o que teria comprometido os afazeres domésticos e impossibilitado que seus filhos fossem à escola. O parlamentar também relatou ter sido procurado por um cidadão para tratar da situação do sistema de abastecimento de água, especialmente quanto à ausência de vigilância ou de pessoa responsável por zelar e acompanhar o local. Demonstrou preocupação com a falta de segurança no sistema, considerando a possibilidade de alguém praticar atos que possam colocar em risco a qualidade da água e, consequentemente, a saúde da população. Diante disso, o Vereador propôs aos demais colegas a realização de uma reunião interna, a fim de discutir quais medidas poderão ser adotadas, buscando também orientação do setor jurídico da Câmara quanto aos procedimentos legais cabíveis. Sugeriu, ainda, que, diante da denúncia apresentada, seja avaliada a possibilidade de acionar o Ministério Público para que sejam tomadas as providências necessárias. Ao finalizar, ressaltou que a questão do abastecimento de água deverá continuar sendo debatida pelos demais vereadores, agradeceu a atenção e desejou um boa noite a todos. Grande Expediente, palavra facultada aos vereadores com prazo máximo de 20 minutos. Com a palavra, o Vereador Branco Manga: que cumprimentou o Presidente, Vereador Rogélio Roberto Araújo, os demais vereadores presentes e ausentes, mencionando nominalmente os Vereadores Drô Alfaia, Izanides Filho, Edson Farias, Edson Sousa, Osvaldo Alves, Kennedy Santana, Walter, estendendo seus cumprimentos a todos os parlamentares. Cumprimentou, ainda, o Pastor Ocileno, os servidores do Poder Legislativo, bem como os demais presentes, agradecendo, em nome de Cristiane, Marina e demais familiares, pelos serviços prestados à Câmara Municipal. O Vereador destacou a importância do trabalho desenvolvido pelos servidores

do Poder Legislativo, ressaltando o apoio que recebe para a realização de ações e eventos de caráter social. Agradeceu à Presidência e a todos os funcionários da Casa pela disponibilidade e pelo suporte prestado aos vereadores no exercício de seus mandatos. Cumprimentou também o senhor Cid, presente na sessão. Em seguida, agradeceu a Deus pela oportunidade de participar de mais uma sessão ordinária e informou que, apesar de estar enfrentando problemas relacionados à visão, fez questão de comparecer à sessão. Ressaltou a ampla audiência das sessões da Câmara Municipal, inclusive por pessoas que residem fora do Estado do Pará, destacando que a transmissão das sessões constitui importante instrumento de divulgação e transparência do trabalho parlamentar. Destacou a importância dos vinte minutos destinados ao Pequeno Expediente, período em que os vereadores podem apresentar solicitações, indicações e reivindicações em benefício da população. Na oportunidade, solicitou à Mesa Diretora que fosse realizado um levantamento das indicações apresentadas pelos vereadores, especialmente das indicações de sua autoria, para que pudesse acompanhar quais providências foram adotadas e, posteriormente, receber as respectivas informações. Ressaltou que tal levantamento contribuirá para dar maior transparência à atuação parlamentar e possibilitar que a população acompanhe o trabalho desenvolvido pelos vereadores. O Vereador afirmou que cada parlamentar possui sua própria forma de atuação, mas que todos devem trabalhar com o objetivo de promover o bem da população de Oeiras do Pará. Na sequência, agradeceu a Deus, à sua família, à sua esposa e às pessoas que o acompanham em sua caminhada política. Comentou sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano e mencionou que o Município estaria passando por um período de grande incidência de sintomas gripais, com relatos de febre e dores de cabeça. Enviou, ainda, um abraço aos profissionais do SAMU e às pessoas que estariam enfrentando tais problemas de saúde, manifestando sua confiança de que a situação será superada. Prosseguindo, agradeceu às comunidades e localidades que têm recebido seu mandato de forma acolhedora. Citou especialmente a localidade do Rio Planalto, representada, em sua fala, pelo senhor Manuel, destacando sua ligação familiar e afetiva com a comunidade. Informou que pretende retornar à localidade para permanecer por alguns dias, com o objetivo de conversar com o maior número possível de famílias. Também mencionou visita realizada ao Rio Mocajatuba, agradecendo a receptividade dos moradores, especialmente da senhora Adedéia e de sua família. Relatou ter residido durante um ano naquela localidade e destacou a importância da comunidade para o Município de Oeiras do Pará. O Vereador relatou ter visitado o posto de saúde da

localidade e demonstrou satisfação ao verificar a existência de medicamentos. Ressaltou, contudo, a necessidade de melhorias na infraestrutura física da comunidade. Informou que o processo para a construção de uma nova escola no Rio Mocajatuba estaria avançando e manifestou a expectativa de que, em breve, a comunidade possa contar com uma nova unidade escolar, proporcionando melhores condições aos alunos e profissionais da educação. Mencionou, ainda, a previsão de construção de um novo posto de saúde, conforme projeto da Administração Municipal, manifestando confiança no compromisso da gestão com a população. Em seguida, mencionou visitas realizadas ao Rios e às ilhas, citando localidades e comunidades visitadas, agradecendo a todos pela receptividade. O parlamentar retomou, então, a questão do abastecimento de água no Município, tema anteriormente mencionado pelo Vereador Drô Alfaia. Declarou que a situação o tem causado preocupação e relatou que, por volta das cinco horas da tarde, ao abrir uma torneira na região central da cidade, constatou que não havia água. Ressaltou que as pessoas que possuem caixa d'água, bomba e sistema de armazenamento conseguem, em determinadas situações, bombear água para os reservatórios e manter o abastecimento durante parte do dia. Entretanto, destacou que as famílias de menor poder aquisitivo, que não possuem condições financeiras para adquirir bombas e sistemas de armazenamento, acabam sendo mais prejudicadas pela falta de água. Considerou a situação preocupante, destacando que o problema já foi discutido em sessões anteriores. Ressaltou que água é essencial à vida e demonstrou preocupação com a informação apresentada em audiência pública de que a situação somente seria organizada no próximo ano, considerando que ainda faltariam aproximadamente quatro meses para o encerramento de 2026. O Vereador afirmou que o mandato parlamentar é representativo e que os vereadores não devem esconder ou omitir problemas que estejam prejudicando a população. Defendeu que a Câmara Municipal acompanhe de perto a situação do abastecimento de água, especialmente nas áreas mais afastadas do centro e nas localidades que enfrentam maiores dificuldades. Na oportunidade, apoiou a iniciativa de buscar uma ação conjunta do Poder Legislativo e sugeriu que a Mesa Diretora convoque, o quanto antes, representantes da empresa Águas do Pará, para prestar esclarecimentos e apresentar medidas destinadas a solucionar ou minimizar os problemas no abastecimento de água do Município. Ressaltou que a falta de água representa um prejuízo real à população e que a situação exige providências urgentes, manifestando preocupação com a possibilidade de o problema se prolongar por semanas. Por fim, passou a abordar também a questão do fornecimento de

energia elétrica, ressaltando que a energia é igualmente essencial para a população e que os consumidores pagam pelo serviço. Demonstrou indignação ao relatar que, mesmo diante do desenvolvimento e do potencial energético do Estado do Pará, com destaque para a proximidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ainda ocorram interrupções no fornecimento de energia elétrica no Município. Como exemplo, mencionou situação ocorrida durante uma sessão solene realizada em uma igreja do Município, quando houve interrupção do fornecimento de energia elétrica, classificando o episódio como lamentável diante da importância do serviço para a população. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o Vereador Branco Manga voltou a abordar a questão do fornecimento de energia elétrica no Município, ressaltando que a população de Oeiras do Pará vem arcando com prejuízos decorrentes, segundo sua manifestação, da baixa qualidade do serviço prestado. Defendeu que a Câmara Municipal convoque representantes da empresa Equatorial Energia para prestar esclarecimentos perante o Poder Legislativo acerca dos serviços oferecidos à população. Relatou ter sofrido prejuízos pessoais e destacou situações em que equipamentos e eletrodomésticos, como televisores, geladeiras e motores utilizados em atividades comerciais, são danificados em razão de oscilações ou interrupções no fornecimento de energia. Ressaltou que tais prejuízos podem comprometer diretamente o sustento de famílias que utilizam equipamentos elétricos para desenvolver suas atividades econômicas, como a venda de gelo, sucos e produtos derivados do açaí. Diante disso, solicitou aos demais vereadores o apoio para a elaboração de um ofício conjunto, a ser encaminhado à empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica, solicitando esclarecimentos e providências. Defendeu, ainda, que, caso os representantes da empresa não compareçam à Câmara, a Mesa Diretora avalie outras medidas para buscar respostas e soluções para os problemas enfrentados pela população. O Vereador afirmou que a população não pode continuar arcando com prejuízos e que os vereadores, enquanto representantes do povo, devem atuar na defesa dos interesses da comunidade. Ressaltou que não cabe ao Poder Legislativo assumir responsabilidade por problemas decorrentes de serviços que não são de sua competência, reafirmando, contudo, o compromisso de cobrar das empresas e órgãos responsáveis a prestação adequada dos serviços públicos. Destacou que Oeiras do Pará está inserida em um Estado com grande potencial energético e que, considerando a proximidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, não considera aceitável que a população do Município ainda enfrente problemas relacionados à qualidade do fornecimento de energia elétrica. Na sequência, o Vereador destacou a importância da

sessão solene realizada na Assembleia de Deus, mencionando os vereadores que participaram do evento e parabenizando todos os membros da instituição religiosa. Na oportunidade, desejou sucesso ao Festival Cultural Evangélico das Igrejas da Assembleia de Deus, que teria início no dia seguinte, estendendo seus cumprimentos ao Pastor Ocileno e aos demais integrantes da comunidade evangélica. Ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pela igreja e reconheceu sua contribuição para a comunidade. Prosseguindo, o Vereador abordou a importância dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), destacando a relevância do trabalho desenvolvido por esses profissionais para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população do Município. Parabenizou os agentes que desempenham suas funções de forma comprometida e defendeu a necessidade de garantir a presença desses profissionais nas localidades que ainda possuem áreas descobertas. Nesse contexto, solicitou à gestora municipal atenção especial para a situação das comunidades que não contam adequadamente com agentes comunitários de saúde, citando como exemplo a localidade de Mocajatuba. O parlamentar relatou preocupação com a atuação de profissionais em determinadas áreas e defendeu que sejam adotadas medidas para verificar a efetiva cobertura e o cumprimento das atribuições dos ACS nas localidades. Ressaltou que a população necessita de acompanhamento regular e que o serviço deve ser prestado de maneira efetiva. Solicitou, ainda, atenção da nova Secretária Municipal de Saúde, Ana Toti Maciel, desejando-lhe sucesso no início de sua gestão à frente da pasta. Informou que buscava contato com a secretária para tratar das demandas existentes, mas reconheceu que a equipe da Secretaria estava envolvida em ações na BR-422. O Vereador reforçou que existem diversas localidades que necessitam da presença dos agentes comunitários de saúde e fez um pedido verbal à gestora municipal para que sejam verificadas e solucionadas as áreas que permanecem descobertas. Ressaltou que a saúde é um dos setores mais importantes para a população e afirmou que, sem saúde, não é possível garantir qualidade de vida. Reiterou seu pedido para que a Administração Municipal continue trabalhando para suprir as necessidades existentes, especialmente no que diz respeito à ausência de ACS em determinadas comunidades. Em seguida, destacou o compromisso assumido pelos vereadores ao exercerem seus mandatos, ressaltando que o dever do parlamentar é lutar pelo Município e pela população, especialmente pelas pessoas humildes, trabalhadoras e que vivem nas diversas localidades do interior. Mencionou trabalhadores e produtores de diferentes segmentos, incluindo produtores de farinha e de açaí, trabalhadores do setor de serviços, servidores e operários, destacando a importância de todos para o desenvolvimento

do Município. Ao final, desejou que Deus abençoe Oeiras do Pará e que tempos melhores venham para a população. Defendeu que os órgãos e autoridades responsáveis pela gestão dos serviços públicos deem ao Município a atenção que, segundo ele, a população merece. Retomou as questões do abastecimento de água e do fornecimento de energia elétrica, classificando como inaceitável que esses problemas ainda sejam enfrentados pela população nos dias atuais. Ressaltou que os cidadãos pagam seus impostos e tarifas e, por isso, têm direito à melhoria e à qualidade dos serviços públicos. O Vereador também deixou seus cumprimentos às comunidades do interior, mencionando Igarapezinho, Nova América, pau de Rosa e toda a região da BR-422, destacando a importância econômica e produtiva dessas localidades. Por fim, abordou a situação da BR-422, destacando o sonho dos moradores e usuários da rodovia de contar com melhores condições de trafegabilidade. Ressaltou as dificuldades enfrentadas durante o período chuvoso, especialmente em razão da lama, e durante o verão, em decorrência da poeira. Manifestou o desejo de que as melhorias de infraestrutura cheguem ao Município e que a população da BR-422, dos ramais e das vicinais possa contar com melhores condições de deslocamento e mais dignidade. Concluiu afirmando que os desafios sempre existirão, mas que os vereadores devem permanecer unidos e de mãos dadas, contribuindo com a gestão municipal para melhorar a vida da população. Finalizou agradecendo a todos e desejando bênçãos ao Município de Oeiras do Pará e à sua população. Com a palavra, o Vereador Edson Farias: que cumprimentou a Senhora Presidenta, que presidia a sessão, a Mesa constituída e os demais vereadores presentes, nominalmente citando os Vereadores Branco Manga, Doutor Marcos Paulo Leitão, Izanides Filho, Drô Alfaia e Edson Sousa, bem como os membros da Mesa, Osvaldo e Roberta. O parlamentar registrou que a sessão não contava com a presença de todos os vereadores, mencionando a ausência de três parlamentares por motivos particulares. Destacou, especialmente, a ausência da Presidenta, que, segundo informou, encontrava-se na BR-422, participando da ação denominada Caravana Mobilize Oeiras, promovida pela gestão municipal. Em seguida, cumprimentou os servidores da Câmara Municipal, na pessoa de Adriana, destacando a importância do trabalho desenvolvido por cada servidor para o adequado funcionamento do Poder Legislativo e para o exercício dos mandatos parlamentares. Agradeceu aos funcionários pelo apoio prestado diariamente aos vereadores e, em especial, à Diretora da Casa, pelo auxílio constante. Cumprimentou, ainda, a população que acompanhava a sessão, tanto da sede do Município quanto das localidades do interior, ressaltando a satisfação em saber que muitas pessoas acompanham

as sessões e posteriormente entram em contato para comentar os pronunciamentos realizados. Estendeu seus cumprimentos aos moradores das comunidades e localidades, mencionando, entre outras, a região da BR-422, Vila Pau de Rosa, bem como diversas pessoas e lideranças comunitárias, religiosas e moradores que acompanhavam os trabalhos legislativos. Ressaltou que, diante da quantidade de pessoas que acompanha as sessões, não seria possível mencionar todos nominalmente, deixando seu abraço a toda a população. Na sequência, fez um breve relato de suas atividades realizadas no final de semana, informando que esteve no Rio, realizando visitas, passando pela Ilha do Aturia e pelo Murujucá é Santa Maria. Relatou ter encontrado, durante as visitas, o Vereador Osvaldo Alves, acompanhado de sua comitiva, destacando a satisfação de encontrar seus pares durante as visitas às comunidades e localidades do Município. Afirmou que os vereadores vêm realizando um trabalho de aproximação com a população, visitando os rios, estradas, comunidades e a sede municipal, destacando que considera a atual Câmara Municipal uma Câmara atuante. Mencionou, ainda, a presença do Vereador Branco Manga em visita ao Rio Mocajatuba, estendendo seu abraço aos moradores das localidades visitadas e reafirmando o compromisso de continuar realizando visitas durante o mandato. O Vereador também comentou sobre a sessão especial solene realizada no templo da Assembleia de Deus, na segunda-feira, em atendimento a requerimento do Vereador Kennedy Santana, em comemoração aos 25 anos do Festival Cultural Evangélico da Assembleia de Deus. Destacou que a sessão foi um momento importante, de grande relevância e marcada por momentos de adoração, parabenizando todos os envolvidos na realização do evento e desejando sucesso ao festival. Em seguida, informou que havia preparado um roteiro para seu pronunciamento, mas decidiu concentrar sua fala em questões abordadas anteriormente pelos Vereadores Branco Manga e Drô Alfaia, especialmente a situação do abastecimento de água no Município de Oeiras do Pará. Afirmou que a falta de água se tornou um dos maiores problemas enfrentados atualmente pela população, ressaltando que a situação teria se agravado significativamente desde o mês de abril. Mencionou manifestação realizada pelo Vereador Kennedy Santana na sessão anterior, relacionada à redução do número de servidores nos dois sistemas de abastecimento de água. Demonstrou preocupação com a situação e relatou que, durante suas passagens pelos locais, não tem observado a presença de funcionários, afirmando que os sistemas aparentam estar abandonados. O parlamentar destacou que alguns podem ter a impressão de que os vereadores não enfrentam os mesmos problemas da população, por

eventualmente possuírem melhores condições de armazenamento de água em suas residências. Contudo, ressaltou que os vereadores também acompanham e sentem as dificuldades enfrentadas pela população e que o problema não está sob responsabilidade direta do Poder Legislativo. Durante sua manifestação, mencionou uma informação recebida acerca de uma iniciativa da Prefeita Kamily Araújo, do Município de São João de Pirabas, relacionada à retirada da empresa Águas do Pará daquele Município. Informou que teve acesso a uma reportagem sobre uma reunião da prefeita com vereadores e sugeriu que seja verificada a situação jurídica e administrativa daquele Município, inclusive para compreender quais procedimentos foram adotados. Em seguida, o Vereador Izanides Filho realizou uma intervenção, sendo sua participação agradecida pelo orador, que solicitou à Mesa que a manifestação fosse incluída em seu pronunciamento. Retomando a palavra, o Vereador Edson Farias esclareceu que não poderia afirmar com absoluta certeza todos os detalhes relacionados ao processo de venda do sistema de abastecimento de água, mas apresentou informações que possuía sobre a matéria. Segundo relatou, o sistema teria sido vendido em São Paulo, em razão das manifestações e da situação que envolvia o processo de venda em Belém. Mencionou, ainda, a existência de questionamentos judiciais relacionados ao processo, inclusive envolvendo tentativa de impedir a inclusão de determinado sistema no pacote de venda. O Vereador fez referência ao processo de privatização e à transferência de sistemas de abastecimento, comparando-o com a venda da antiga CELPA para a Equatorial, ressaltando as diferenças entre as operações e mencionando valores relacionados ao processo de venda do sistema de abastecimento. Na sequência, retomou a fala do Vereador Branco Manga acerca da percepção de parte da população de que os vereadores seriam responsáveis pelos problemas enfrentados no Município. Ressaltou que os parlamentares não foram responsáveis pela venda dos sistemas de abastecimento e que não receberam recursos provenientes dessas operações. Defendeu que a população precisa compreender as atribuições e limitações do Poder Legislativo Municipal e que os vereadores devem atuar como representantes da sociedade, cobrando providências dos órgãos e empresas responsáveis pelos serviços públicos. O Vereador também concordou com a afirmação de que o Estado do Pará possui grande riqueza e potencial econômico, mas destacou que, apesar disso, parte da população ainda enfrenta dificuldades significativas em áreas essenciais, como saneamento básico, infraestrutura, energia elétrica, saúde e segurança pública. Em relação ao saneamento básico e à infraestrutura, destacou as dificuldades enfrentadas pela população. Quanto à saúde,

mencionou a falta de leitos para atender adequadamente os moradores do Município. No que diz respeito à segurança pública, relatou que esteve em reunião no gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar para tratar da necessidade de reforço do policiamento no Município e nas localidades. Mencionou, ainda, que já existe solicitação apresentada pela Prefeita de Oeiras do Pará, juntamente com autoridades e representantes políticos, incluindo o então Ministro Jader Filho, o Deputado Luth e moradores da região da BR-422, visando melhorias na segurança pública. Ressaltou, entretanto, que as medidas solicitadas ainda não teriam sido efetivamente implementadas, permanecendo a população enfrentando problemas relacionados à insegurança e à insuficiência do policiamento. Finalizou esse trecho destacando que a falta de água, os problemas de energia elétrica, a insuficiência de leitos na saúde e as dificuldades na segurança pública são questões que precisam ser enfrentadas pelos órgãos competentes, reafirmando o compromisso do Poder Legislativo em cobrar providências e defender os interesses da população de Oeiras do Pará. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o Vereador Edson Farias retomou a discussão acerca da situação da saúde pública no Município e no Estado, especialmente quanto à insuficiência de leitos hospitalares. Concedeu aparte ao Vereador Branco Manga, que ressaltou que sua própria família estaria enfrentando dificuldades relacionadas à necessidade de atendimento hospitalar e à falta de leitos. O parlamentar classificou a situação como inadmissível, considerando a extensão territorial do Estado do Pará e a existência de cento e quarenta e quatro municípios, destacando que pacientes do interior são frequentemente encaminhados para Belém em busca de atendimento especializado. O Vereador Branco Manga também manifestou preocupação com o aumento dos casos de câncer e com as dificuldades enfrentadas pelos pacientes para obter diagnóstico, tratamento e acompanhamento médico. Relatou situações de demora para realização de consultas e sessões de tratamento, mencionando experiência vivenciada por sua família. De volta à palavra, o Vereador Edson Farias agradeceu a intervenção e solicitou que a manifestação fosse incluída em seu pronunciamento. Afirmou que muitos vereadores já vivenciaram situações semelhantes envolvendo familiares que necessitaram de atendimento hospitalar e destacou a importância da existência de leitos suficientes para atender à população. Criticou a redução da estrutura hospitalar após o período da pandemia de COVID-19, mencionando a desmobilização de leitos e hospitais de campanha e afirmando que tal situação teria deixado grande parte da população dependente de uma estrutura pública insuficiente. Ressaltou que muitas pessoas não possuem condições financeiras para

contratar planos de saúde e, por isso, dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde. Na sequência, abordou novamente a questão energética, destacando que o Estado do Pará possui grande capacidade de produção de energia, mas, segundo sua manifestação, a população enfrenta tarifas elevadas e problemas na qualidade do serviço. O Vereador fez críticas à administração pública estadual e afirmou que o Estado, apesar de possuir grande riqueza e potencial econômico, enfrenta problemas relacionados à gestão e à prestação de serviços essenciais. Durante seu pronunciamento, dirigiu-se à população de Oeiras do Pará e defendeu a importância da participação popular no processo eleitoral, afirmando que os cidadãos devem avaliar cuidadosamente seus representantes e utilizar o voto como instrumento de escolha e mudança. Ressaltou, ainda, o trabalho desenvolvido pela Prefeita Municipal, destacando que, segundo sua avaliação, a gestora estaria percorrendo as localidades do interior e buscando levar políticas públicas à população, mesmo diante das limitações de recursos financeiros do Município. O Vereador voltou a abordar as condições de infraestrutura de outros municípios da região, citando localidades como, Boa Vista, Curralinho, Bagre, Breves, Portel e Anajás, comparando-as com Oeiras do Pará e defendendo a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana, saneamento e pavimentação. Também manifestou preocupação com obras públicas e com a aplicação de recursos destinados à infraestrutura e à educação, citando a situação de uma área onde, segundo relatou, deveria funcionar uma unidade de ensino médio técnico, mas que estaria sem utilização adequada. Em seguida, retomou a questão dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), tema anteriormente abordado pelo Vereador Branco Manga. O Vereador afirmou ter conhecimento de localidades onde os agentes comunitários não estariam realizando regularmente suas atividades, embora, segundo informações recebidas, a produção referente aos atendimentos estaria sendo encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde. Relatou que, durante visitas às comunidades, moradores informam que permanecem longos períodos sem receber a visita dos ACS. Manifestou preocupação com a possibilidade de serem apresentadas informações ou produções que não correspondam às atividades efetivamente realizadas. Ressaltou que, caso sejam comprovadas informações falsas ou documentos referentes a atividades inexistentes, os responsáveis deverão responder na forma da lei, destacando que eventual falsidade ideológica constitui conduta grave e deve ser apurada pelas autoridades competentes. O parlamentar solicitou à nova Secretária Municipal de Saúde, Ana Toti Maciel, que adote providências para verificar a situação dos ACS nas comunidades. Relatou que já havia levado essa preocupação à gestão

anterior e reforçou a necessidade de fiscalização efetiva. Defendeu que a Secretaria realize visitas aos postos de saúde e às comunidades do Município, a fim de ouvir diretamente a população e verificar a atuação dos profissionais. Mencionou como referência o trabalho realizado pela então Secretária de Educação, Mikely, que teria visitado as escolas do Município, sugerindo que a Secretaria de Saúde adote procedimento semelhante, realizando visitas aos postos e comunidades para verificar as condições de atendimento e a atuação dos profissionais. O Vereador também fez questão de esclarecer que sua crítica não se dirige a todos os Agentes Comunitários de Saúde, reconhecendo que existem muitos profissionais que desempenham suas funções com dedicação e compromisso, inclusive enfrentando dificuldades relacionadas a deslocamento, combustível e condições de trabalho. Durante a discussão, concedeu aparte ao Vereador Marcos Paulo Leitão, que destacou a necessidade de reconhecer e valorizar os ACS que efetivamente trabalham e se dedicam à população. O Vereador Marcos Paulo citou como exemplo a ACS Margarete, que atua na Rua Prefeito Artemio Araújo, destacando o trabalho desenvolvido pela profissional. Ressaltou, ainda, que alguns agentes já haviam relatado dificuldades relacionadas à falta de equipamentos e materiais necessários para o desempenho de suas funções. O parlamentar mencionou também que houve concurso público recentemente e que parte dos aprovados ainda não teria sido convocada, o que, segundo sua manifestação, contribui para a existência de áreas sem cobertura adequada. Ao retomar a palavra, o Vereador Edson Farias agradeceu ao Vereador Marcos Paulo Leitão pela intervenção e solicitou que sua manifestação fosse incluída no pronunciamento. Reforçou que, ao fazer críticas aos profissionais que eventualmente não estejam cumprindo suas atribuições, também considera necessário reconhecer aqueles que desempenham suas funções corretamente. Parabenizou os ACS que trabalham diariamente, tanto na sede quanto nas localidades do interior, mesmo diante das dificuldades de deslocamento e da insuficiência de recursos para o desempenho das atividades. Citou como exemplo o ACS Abel, da localidade de Marituba, mencionando as referências positivas recebidas acerca de seu trabalho, inclusive durante o processo de aposentadoria. Por fim, o Vereador Edson Farias parabenizou todos os Agentes Comunitários de Saúde que exercem suas funções com dedicação e compromisso com a população, reiterando seu pedido para que sejam corrigidas eventuais falhas e fortalecidas as condições de trabalho dos profissionais. Encerrando seu pronunciamento, agradeceu a Deus pela oportunidade de participar da sessão e desejou que Deus abençoe a todos. Com a palavra, o Vereador Edson Sousa: que

cumprimentou a todos e, inicialmente, agradeceu a Deus pela oportunidade de estar mais uma vez nesta Casa Legislativa, representando o povo de Oeiras do Pará. Na pessoa da Presidente Roberta, cumprimentou os nobres colegas vereadores e, na pessoa de Marina, cumprimentou o público presente e os servidores desta Casa, destacando a alegria de encontrá-los todas as quartas-feiras e de perceber o carinho, o cuidado e a dedicação demonstrados em cada gesto e nas atividades realizadas em favor dos parlamentares. Agradeceu a todos pelos serviços prestados. Em seguida, dirigiu uma saudação especial à população que acompanhava a sessão por meio da rádio, Facebook, Instagram e demais mídias sociais, mencionando amigos e moradores do Rio de Oeiras, Betânia, Jarité, Filadélfia, BR-422 e de diversas outras localidades do município, ressaltando que eram muitos os cidadãos que estavam acompanhando a transmissão daquela importante sessão. Agradeceu também aos colegas vereadores pela presença, reconhecendo que este é um período de agendas intensas e que, mesmo diante das dificuldades para conciliar os compromissos, o compromisso de cada parlamentar faz com que esteja presente nas sessões. Na sequência, dirigindo-se à colega Roberta, falou sobre sua experiência de acompanhar, durante o ano, a Caravana Mobiliza Oeiras, relatando ter participado das ações em mais de vinte localidades. Destacou que uma coisa é acompanhar as ações pelas redes sociais ou ouvir os relatos da população, mas outra é vivenciar pessoalmente os momentos em que as pessoas se sentem acolhidas, valorizadas e reconhecidas como cidadãos de direito. Relatou ter presenciado as ações da Caravana na comunidade do Pau D'agua e na comunidade do Maranhense, onde a população estava sendo atendida. Destacou, ainda, que jamais imaginaria que moradores do Uxí-estrada pudessem ter acesso a consultas e exames, inclusive endoscopia, diretamente na comunidade, considerando que anteriormente o acesso a esses serviços era muito difícil e que as demandas chegavam constantemente aos vereadores. Agradeceu à gestão municipal pelo olhar humano não apenas para a sede do município, mas também pela descentralização dos serviços, demonstrando que cada comunidade e cada cidadão são importantes, independentemente de estarem na sede ou nas regiões mais distantes, como nas cabeceiras dos rios Arioca e Oeiras, no Cumbucão, Rio Branco, Rio Preto e demais localidades dos quatro cantos do município. Ressaltou que falar de um projeto que abraça a população e leva dignidade às comunidades é muito gratificante enquanto representante político, afirmando ter presenciado, no olhar das pessoas, o quanto elas se sentem acolhidas, vistas e valorizadas. Continuando, destacou que, nas comunidades que acompanhou, já possui presença

constante, mas que acompanhar a Caravana levando serviços diretamente à população reforçou, em sua visão, a importância de fazer política com o coração, observando as necessidades das pessoas e buscando garantir aquilo que elas precisam e merecem. Parabenizou todo o grupo responsável pela Caravana, ressaltando que se trata de uma equipe que não possui horário determinado para acordar ou dormir, dedicando-se intensamente para levar serviços à população das diversas comunidades da zona rural. Parabenizou as equipes da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de Educação, da Secretaria de Agricultura e das demais secretarias envolvidas nas ações. Ressaltou que muitas pessoas enfrentavam dificuldades relacionadas à documentação e a outros serviços, tendo observado, ao longo das ações, a solução de diversas demandas. Destacou que aquilo que antes era distante e de difícil acesso passou a chegar à porta das comunidades por meio da Caravana. Salientou que a Caravana não se limita à realização de atendimentos médicos e exames, como ultrassonografias, mas reúne diversos serviços que contribuem para garantir que a população tenha acesso aos seus direitos. Citou, como exemplo, a regularização e emissão de documentos necessários para que cidadãos possam buscar financiamento bancário, realizar investimentos e desenvolver suas atividades produtivas. Na oportunidade, parabenizou a Presidente da Comunidade Quilombola do Muquém, Lane, pelo recente reconhecimento da comunidade pelo Instituto Palmares. Destacou que esse reconhecimento representa um importante conquista, possibilitando à comunidade emitir declarações para que os filhos daquele quilombo possam participar de processos destinados à população quilombola. Parabenizou Lane Porcílio e toda a equipe que tem trabalhado e lutado em defesa da comunidade, afirmando acreditar que essa é apenas uma das conquistas que ainda serão alcançadas. Manifestou a expectativa de que, futuramente, a comunidade também possa conquistar acesso a financiamento bancário, investimentos na área agrícola e outros direitos decorrentes do reconhecimento da comunidade. Em seguida, abordou a situação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), afirmando que o tema lhe causa preocupação, especialmente por andar pelas comunidades e ouvir constantemente pedidos da população para que os vereadores acompanhem a situação. Ressaltou, entretanto, que conhece diversos ACS que desempenham suas funções com dedicação e compromisso. Citou, como exemplo, sua amiga Maria de Nazaré, relatando que, em diversas ocasiões, encontrou a agente atravessando o campo de bicicleta para realizar atendimentos e visitas domiciliares. Destacou que, mesmo já possuindo idade avançada e trabalhando há muitos anos, ela

continua cumprindo seu papel com dedicação. Também mencionou seu amigo João Cordeiro, da localidade do Costeira, conhecido como Jango, destacando-o como um excelente ACS e relatando que frequentemente o encontra trabalhando, realizando visitas e acompanhando a situação da população. Citou ainda Dayana, que atua na região da Zona Baixa, destacando o excelente trabalho desenvolvido; Silmar, da localidade de Betânia, que, segundo relatou, realiza visitas de porta em porta; e Dona Márcia, da Filadélfia, também reconhecida pelo trabalho realizado como Agente Comunitária de Saúde. Relatou, de forma descontraída, que em algumas ocasiões encontrou Silmar durante seus deslocamentos pelas comunidades e recebeu carona em sua embarcação, mencionando que atualmente o agente já dispõe de uma embarcação denominada "rabudinho", o que, segundo ele, representa uma melhoria em suas condições de trabalho. O Vereador Edson Sousa destacou que esses profissionais fazem a diferença na saúde pública e merecem reconhecimento. Por outro lado, afirmou que, em relação aos agentes que eventualmente não estejam cumprindo suas atribuições, cabe à Secretaria Municipal de Saúde realizar levantamento e verificar as condições de trabalho e o cumprimento das funções, adotando as providências cabíveis quando constatadas irregularidades. Ressaltou que a ausência dos serviços prestados pelos ACS prejudica o trabalho primordial da saúde, especialmente a prevenção, o acompanhamento das famílias e a identificação das necessidades da população, podendo resultar em prejuízos ao atendimento dos cidadãos. Sugeriu que a Secretaria Municipal de Saúde cobre dos servidores o cumprimento de suas atribuições e que seja formada uma comissão, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde, para realizar fiscalizações nas comunidades e ouvir diretamente os moradores. Segundo o vereador, essa seria uma forma de identificar quais profissionais estão desempenhando suas funções adequadamente e quais necessitam de acompanhamento ou providências. Na sequência, mencionou a recente posse de um Agente Comunitário de Saúde na comunidade do Muquém, seu amigo Jadson, destacando o trabalho que vem realizando, especialmente por meio da mobilização, do atendimento humanizado e das visitas de casa em casa. Relatou que frequentemente o encontra realizando suas atividades na comunidade. Por fim, parabenizou todos os Agentes Comunitários de Saúde que desenvolvem suas funções com excelência e dedicação, ressaltando a importância desses profissionais para identificar as necessidades da população e contribuir para a melhoria da saúde municipal. Finalizou afirmando que o ACS é o "para-choque da saúde" e que, por essa razão, é necessário valorizar, reconhecer e oferecer suporte adequado a esses profissionais. O Vereador Edson

Sousa prosseguiu parabenizando e desejando êxito à Secretária Municipal de Saúde, Ana toti, para que possa realizar um bom trabalho à frente da pasta. Relatou sua satisfação ao saber que, já na primeira semana de sua gestão, a secretária determinou a pintura do posto de saúde da comunidade do Uxí, bem como informou que está sendo realizado um levantamento para verificar a situação do telhado da unidade, com o objetivo de promover as melhorias necessárias. Parabenizou também a Secretária Mikely pela presença constante nas escolas do município, destacando que, nas unidades escolares que visitou, constatou igualmente a presença da secretária. Ressaltou que essa dedicação reflete diretamente na melhoria da qualidade dos serviços públicos, sendo importante reconhecer o trabalho e a presença dos servidores que estão cumprindo suas atribuições. Destacou, ainda, que naquele dia havia sido instalada na BR-422 uma unidade da Caravana, considerando a iniciativa de grande importância para a população. Ressaltou que somente conhece a dimensão da dor quem já passou por determinada situação, destacando as dificuldades enfrentadas por moradores que precisam atravessar longas distâncias, inclusive em condições adversas, para buscar atendimento ou medicamentos. Afirmou que somente compreende a dificuldade de não ter acesso a um medicamento ou atendimento aquele que já precisou de um serviço de saúde e não conseguiu ser atendido. Parabenizou a iniciativa e manifestou o desejo de que sejam cada vez mais construídas alianças e relações institucionais capazes de melhorar a qualidade de vida da população, especialmente daqueles que residem nas localidades mais distantes e que necessitam de maior empenho do Poder Público. Na sequência, falou sobre sua indicação, informando que havia apresentado anteriormente um Projeto de Lei, o qual já havia passado pelas comissões desta Casa. Agradeceu a cada comissão pela apreciação e aprovação da matéria e solicitou aos demais vereadores que, juntamente com ele, aprovassem o projeto em plenário. Explicou que reconhece que, nos últimos anos, a população da zona rural passou a ter maior acesso aos serviços públicos sem a necessidade de deslocar-se constantemente até a sede do município para resolver demandas simples. Recordou que, anteriormente, existiam dificuldades e informações equivocadas que acabavam prejudicando o acesso da população rural aos seus direitos. Citou como exemplo a informação de que a atualização do Bolsa Família somente poderia ser realizada durante determinado período, esclarecendo que, segundo sua manifestação, a atualização poderia ser realizada durante todo o ano. Ressaltou que a criação dessas dificuldades acabava impedindo ou dificultando que a população acessasse direitos básicos e destacou que, atualmente, os serviços vêm sendo

levados para mais próximo das comunidades. Explicou que o Projeto de Lei de sua autoria, colocado em apreciação no plenário, tem como objetivo garantir maior dignidade à população que, por algum motivo, necessita deslocar-se até a sede do município para realizar serviços e atualizações, como inclusão ou exclusão de membros do cadastro familiar, por exemplo, em razão do nascimento ou saída de integrante da família. Defendeu que moradores da zona rural sejam atendidos de forma prioritária nos prédios e repartições públicas municipais, considerando que muitos não possuem residência na sede do município e precisam retornar às suas comunidades no mesmo dia. Destacou que alguns moradores da BR-422 chegam à sede por volta das 10 horas da manhã e precisam retornar aproximadamente às 13 horas, razão pela qual o atendimento prioritário proporcionaria maior dignidade e agilidade. Ressaltou que a proposta não se limita aos serviços da assistência social, citando como exemplo o agricultor que necessita emitir o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e precisa procurar a EMATER, bem como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, defendendo que esses cidadãos também tenham atendimento prioritário. Solicitou aos nobres pares que analisassem a matéria com atenção e carinho e votassem favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei. Manifestou, ainda, a expectativa de que, após aprovado pelo Legislativo, o projeto seja sancionado pela Prefeita Municipal, garantindo à população, especialmente aos moradores da zona rural, atendimento prioritário nos órgãos públicos da sede do município. O vereador relatou que, em algumas ocasiões, chega à Assistência Social por volta das 9 horas da manhã e verifica que moradores da BR-422 ainda não chegaram, enquanto já existem aproximadamente cinquenta pessoas aguardando atendimento. Nessa situação, segundo destacou, o agricultor ou pescador que chega à sede precisa entrar na mesma fila, o que muitas vezes impossibilita seu retorno à comunidade no mesmo dia. Ressaltou que o deslocamento até a sede do município possui um custo elevado para esses moradores, especialmente para aqueles que não dispõem de estrutura para permanecer na cidade. Destacou que a alimentação, hospedagem e demais despesas tornam a permanência na sede onerosa para muitas famílias. Afirmou que a população frequentemente procura os vereadores em busca de auxílio e que acredita que diversos parlamentares recebem moradores das comunidades que enfrentam essas dificuldades. Defendeu, portanto, que a existência de atendimento prioritário possibilite maior dignidade e agilidade, permitindo que o cidadão resolva sua demanda e retorne para sua comunidade no mesmo dia. Reiterou o pedido aos colegas vereadores para que analisassem a situação com atenção e votassem favoravelmente à

aprovação da matéria. Para encerrar seu pronunciamento, o Vereador Edson Sousa enviou uma saudação especial à sua família, aos seus irmãos e à sua mãe. Enviou também uma saudação especial à sua filha Helena, ao seu filho Arthur e à sua esposa Maiara, afirmando que está sempre trabalhando por eles. Relatou, de forma emocionada, que naquela manhã seu filho o abraçou e comentou sobre sua necessidade de viajar, dizendo que gostaria que o pai permanecesse mais tempo com ele. O vereador afirmou que aquele momento o emocionou profundamente, mas destacou que Deus sabe que ocupa o cargo de vereador com o propósito de beneficiar aqueles que mais precisam. Finalizou afirmando que entende que Deus lhe permitiu estar naquela posição para cumprir sua missão como vereador, unindo forças e buscando fazer o melhor pela população de Oeiras do Pará. Agradeceu a todos e desejou que Deus continuasse abençoando esta Casa Legislativa e todo o povo de Oeiras do Pará. Em seguida, o Presidente agradeceu ao Vereador Edson Souza pelo seu belíssimo discurso. Com a palavra, o Vereador Izanides Filho: que cumprimentou os colegas vereadores, e, na pessoa do Vereador Branco Manga, estendeu seus cumprimentos aos demais parlamentares. Cumprimentou também as pessoas presentes na Casa Legislativa e a população que acompanhava a sessão pelos meios de transmissão, enviando saudações a moradores das localidades do Rio Urubuena, Rio Aracaju, Carcunda, Carari, Sacajós, Itaucu, BR-422, sede do município e demais comunidades. O parlamentar deu boas-vindas ao Delegado de Polícia presente na sessão, bem como aos demais participantes que acompanhavam os trabalhos legislativos. Iniciou seu pronunciamento agradecendo aos nobres colegas pela aprovação de seu Projeto de Lei na sessão anterior. Informou que não pôde comparecer àquela sessão por motivos de saúde, mas fez questão de agradecer pessoalmente aos vereadores pela aprovação da matéria. Agradeceu, em especial, ao Vereador Edson Farias, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, e ao Vereador Marcos Paulo, pelo trabalho desenvolvido durante a tramitação do projeto. Explicou que o Projeto de Lei de sua autoria trata da instituição de medidas municipais de transparência, proteção ao estudante e ordenamento do funcionamento de polos e unidades de apoio presencial de instituições de ensino superior no Município de Oeiras do Pará, estabelecendo mecanismos de verificação formal pelo Poder Executivo e outras providências. Relatou que a iniciativa surgiu após denúncias relacionadas ao funcionamento irregular de instituições de ensino superior no Município, situação que, segundo o vereador, gerou preocupação quanto à necessidade de regulamentação e fiscalização, visando proteger os estudantes e evitar práticas irregulares. Manifestou

satisfação pela aprovação da matéria e expressou expectativa de que o projeto seja sancionado pela Prefeita Municipal. Na sequência, informou que, durante suas visitas pelo Município, dois assuntos têm sido frequentemente apresentados pela população: a questão dos precatórios do FUNDEF e a utilização de recursos destinados à Escola Santinho dos Santos Araújo. Passando a tratar dos precatórios do FUNDEF, informou que teve acesso ao processo judicial e que recebeu de seu advogado um cálculo atualizado, datado de fevereiro de 2023, indicando valor aproximado de R$ 120.361.918,42 (cento e vinte milhões, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos). Ressaltou que diversos cidadãos e profissionais da educação têm procurado os vereadores para tratar do assunto, mencionando que orienta a população a buscar informações também junto aos membros das comissões competentes da Câmara Municipal. O Vereador afirmou que o tema é delicado e exige responsabilidade dos parlamentares, destacando que a atuação do Poder Legislativo deve ocorrer em conformidade com a legislação vigente. Relatou que buscou orientações jurídicas e realizou pesquisas sobre o assunto, inclusive realizando visita ao Município de Cametá, onde conversou com profissionais que acompanharam processos semelhantes relacionados aos precatórios do FUNDEF. Explicou que os precatórios do FUNDEF decorrem de decisões judiciais que reconheceram diferenças de valores que deixaram de ser repassados pela União aos estados e municípios, entre os anos de 1998 e 2006, referentes ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Mencionou, ainda, relatos de cidadãos que aguardam há muitos anos pela conclusão do processo e pelo recebimento dos valores, ressaltando a expectativa existente entre os profissionais da educação. Em seguida, passou a comentar o Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo Municipal à Câmara, que solicita autorização legislativa para a cessão de créditos oriundos do processo judicial referente aos precatórios do FUNDEF. O Vereador destacou que não se posiciona contra a matéria, mas defendeu a necessidade de ampla transparência em relação ao procedimento proposto. Ressaltou que conversou com diversos professores e demais interessados, afirmando perceber preocupação quanto à clareza das informações constantes no Projeto de Lei. Informou que o artigo primeiro da proposição autoriza o Poder Executivo Municipal, nos termos da legislação federal aplicável, a realizar a cessão total ou parcial, definitiva e onerosa, mediante licitação pública, dos créditos oriundos do processo judicial referente às diferenças do FUNDEF não repassadas pela União ao Município. Diante disso, manifestou entendimento de que o Projeto de Lei necessita de

informações mais detalhadas, especialmente quanto aos valores envolvidos, às condições da operação e à forma de utilização dos recursos, defendendo maior transparência para que os vereadores e a população possam compreender plenamente os efeitos da proposta. Finalizou esse trecho de sua fala reafirmando a importância do debate responsável e transparente sobre o tema, considerando o interesse dos profissionais da educação e da sociedade em geral. O Vereador Izanides Filho prosseguiu sua manifestação destacando que, em relação à proposta de cessão dos precatórios do FUNDEF, gostaria que a Prefeita Municipal promovesse uma audiência pública com os servidores e demais beneficiários dos recursos, a fim de apresentar, de forma clara e transparente, os detalhes da operação pretendida. Solicitou que fossem esclarecidas as condições de pagamento, informando se os valores seriam recebidos à vista ou de forma parcelada, bem como o valor total atualizado dos créditos. Reiterou que, conforme documentação à qual teve acesso, o valor calculado até fevereiro de 2023 correspondia a R$ 120.361.918,42 (cento e vinte milhões, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos). Ressaltou que se trata de um recurso de grande importância para a educação do Município e que os vereadores e servidores que possuem direito aos valores buscam, principalmente, transparência e informações claras sobre o que será realizado e de que forma ocorrerá a operação. Reafirmou que não é contrário à proposta, mas que defende transparência e amplo conhecimento por parte dos interessados. Informou que chegou a ser convidado para realizar uma denúncia antecipada sobre o assunto, mas que optou por aguardar o andamento da matéria e aprofundar as informações antes de tomar qualquer providência. Destacou sua confiança nos vereadores desta Casa, afirmando acreditar que os parlamentares analisarão cuidadosamente o projeto quando este for submetido à votação, dialogando com a categoria e buscando compreender os interesses dos servidores beneficiários. Informou que vem mantendo diálogo com profissionais da educação, que já teve acesso à documentação relacionada ao processo e que pretende reunir-se com os servidores que possuem direito aos recursos para discutir a matéria e avaliar os próximos encaminhamentos. Na sequência, houve aparte do Vereador Edson Farias, que questionou a afirmação de que o Projeto de Lei representaria um "cheque em branco" e ressaltou a necessidade de considerar que o valor mencionado pelo Vereador Izanides Filho correspondia a cálculo realizado em fevereiro de 2023, estando sujeito a atualizações e correções posteriores. O Vereador Edson Farias explicou que o Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo busca autorização do Poder Legislativo para a operação relacionada

aos créditos dos precatórios, ressaltando que o valor atualizado deverá ser apurado posteriormente. Explicou, ainda, que, caso seja realizada a cessão dos créditos mediante procedimento licitatório, o interessado vencedor poderá adquirir o direito de receber os valores futuramente. Segundo o aparteante, o Município teria a possibilidade de aguardar o pagamento do precatório ou realizar a cessão dos créditos, sendo que, na segunda hipótese, o valor a ser recebido pelo Município poderá ser inferior ao valor integral do precatório, considerando os cálculos realizados pelo eventual adquirente em razão do tempo de espera e dos encargos financeiros envolvidos. Acrescentou que, conforme a legislação aplicável, parte dos recursos será destinada ao rateio entre os profissionais da educação que preencham os requisitos legais, enquanto outra parcela deverá ser destinada às finalidades previstas na legislação. O Vereador Edson Farias questionou, assim, quais seriam exatamente os elementos que caracterizariam a ausência de transparência apontada pelo Vereador Izanides Filho, destacando a necessidade de análise técnica e jurídica da matéria. Retomando a palavra, o Vereador Izanides Filho esclareceu que sua principal preocupação era justamente a realização de uma audiência pública antes do avanço da matéria, para que a Prefeita Municipal pudesse apresentar aos servidores e demais interessados as condições da operação. Ressaltou que, em sua visão, a participação dos beneficiários seria uma forma efetiva de garantir transparência. Reconheceu que a discussão sobre os precatórios ainda estava em seu início na Câmara Municipal e que o assunto demandaria análise e debate entre os parlamentares. Em seguida, passou a tratar da questão relacionada à Escola Santinho dos Santos Araújo, afirmando possuir vínculo e conhecimento da comunidade localizada na região. Relatou que, em diferentes eleições, obteve expressiva votação naquela unidade escolar e que conhece diversas pessoas residentes nas comunidades próximas. Dirigiu-se especialmente aos moradores das regiões das cabeceiras, Carcunda, Aracairu, Buiuçu, Boca do Aracairu, Raio e demais localidades, afirmando manter uma relação de respeito com os moradores, independentemente de suas preferências políticas. Ressaltou que nunca teve como prática fazer política por meio de conflitos ou impor material de campanha nas residências dos cidadãos, afirmando respeitar aqueles que não votam nele. Relatou que, na eleição passada, não chegou a produzir cartazes ou faixas de campanha, além do material utilizado especificamente na Escola Santinho dos Santos Araújo, e afirmou ter obtido êxito eleitoral. Na sequência, mencionou que a Escola Santinho dos Santos Araújo recebeu recursos provenientes do Programa Brasil na Escola, o que teria gerado questionamentos e discussões na comunidade acerca

da aplicação dos recursos. Informou que, no mesmo período em que passou a pesquisar a aplicação desses recursos, também realizou denúncia relacionada ao funcionamento de uma instituição de ensino que classificou como irregular, mencionando a denúncia referente à denominada "falsa UNIP". Afirmou que, após assumir o mandato, decidiu aprofundar as investigações sobre a aplicação dos recursos destinados à Escola Santinho dos Santos Araújo, declarando que desejava compreender onde haviam sido aplicados aproximadamente R$ 100.000,00 (cem mil reais). Informou que reuniu documentação referente ao caso, ressaltando que não costuma julgar previamente as pessoas envolvidas e que, diante das informações encontradas, decidiu protocolar denúncia para que os fatos fossem devidamente analisados pelas autoridades competentes. Relatou ter identificado, durante sua apuração, diversos pontos que considerou questionáveis, mencionando especificamente uma empresa que teria emitido uma nota fiscal de aproximadamente R$ 20.000,00 (vinte mil reais) relacionada à Escola Santinho dos Santos Araújo. Afirmou que realizou visitas ao endereço indicado para a empresa em mais de uma ocasião, acompanhado de pessoas diferentes, e que teria constatado que no local existia uma residência, circunstância que, segundo o vereador, lhe causou questionamentos quanto à regularidade da operação. Diante das dúvidas levantadas, informou que decidiu protocolar denúncia e aguardar o posicionamento da Justiça antes de realizar acusações ou apresentar conclusões definitivas sobre o caso. Declarou que pretende, posteriormente, voltar a abordar o assunto nesta Casa Legislativa, após o pronunciamento da Justiça, para apresentar de forma detalhada a documentação e os fatos relacionados à aplicação dos recursos. Dirigindo-se aos moradores da região da Escola Santinho dos Santos Araújo, afirmou que aqueles que tiverem interesse em conhecer a documentação poderão procurá-lo, pois dispõe dos documentos relacionados à aplicação dos recursos e poderá apresentá-los. Por fim, ressaltou que considerou necessário buscar esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos por respeito à comunidade e aos moradores da região, afirmando que a situação havia mobilizado diversas pessoas. Destacou que, por não desejar realizar julgamentos precipitados e por conceder oportunidade para esclarecimento dos fatos, aguardará a decisão da Justiça e, posteriormente, apresentará novamente o assunto à Câmara Municipal, conforme o resultado das apurações. Ao final, desejou boa noite a todos, rogando a Deus que permanecessem em paz. Em seguida, a Presidência agradeceu ao Vereador Izanides Filho pela sua manifestação. Com a palavra, o Vereador Marcos Paulo: que cumprimentou a todos e, na pessoa da Presidente em exercício, Vereadora

Roberta Araújo, saudou os demais pares presentes na sessão. Enviou um abraço especial à população que acompanhava os trabalhos por meio das rádios e das plataformas digitais, como Instagram, Facebook e YouTube. Cumprimentou os servidores desta Casa e, de forma especial, o Delegado de Polícia, Doutor Caio, presente na sessão. O vereador destacou a importância da sessão e reconheceu que o Município atravessa um período político, no qual os parlamentares e demais cidadãos estão envolvidos em compromissos eleitorais e no apoio aos candidatos de sua preferência, cada um com suas respectivas razões. Na sequência, afirmou que utilizaria seu pronunciamento para tratar de um assunto que já havia sido abordado por outros vereadores: a situação do abastecimento de água no Município. Ressaltou que a água é um bem essencial à vida e que não pode ser considerada um luxo. Questionou como seria para uma pessoa abrir a torneira pela manhã para tomar banho antes de ir ao trabalho e não encontrar água; para os pais que precisam dar banho nos filhos antes de irem à escola; ou para uma mãe que necessita de água para lavar alimentos e preparar a alimentação da família. Afirmou que a população não pode aceitar a situação atualmente enfrentada no fornecimento de água no Município, considerando tratar-se de uma necessidade básica e de um serviço essencial. Explicou que o marco legal do saneamento básico, instituído em 2020, abriu possibilidade para a participação da iniciativa privada nos investimentos e na prestação de serviços relacionados ao saneamento, mediante concessões. Destacou que grande parte dos municípios brasileiros ainda apresenta carência de saneamento básico e que a legislação estabeleceu metas de universalização do acesso à água potável e ao saneamento. Segundo o vereador, diante dos elevados investimentos necessários em abastecimento de água, esgotamento sanitário e demais serviços de saneamento, foram criadas condições para que empresas privadas pudessem assumir determinados serviços por meio de concessões, com o objetivo de contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas. Entretanto, afirmou que o que vem sendo observado no Município de Oeiras do Pará é uma situação de descaso no fornecimento de água, destacando que, assim como os demais vereadores, também tem sido constantemente cobrado pela população em razão dos transtornos provocados pela falta de abastecimento. Diante disso, afirmou que decidiu deixar de tratar o assunto apenas por meio de discursos e buscar providências legais. Informou que conversou com o Doutor Rogélio e, juntamente com o setor jurídico da Câmara Municipal, elaborou uma representação com pedido de adoção de providências urgentes contra a empresa concessionária Águas do Pará. Esclareceu que a iniciativa surgiu em decorrência dos

problemas relacionados ao abastecimento de água no Município e convidou os demais vereadores que se sentissem à vontade a assinar conjuntamente o documento, com o objetivo de protocolá-lo junto ao Ministério Público e solicitar providências urgentes. Ressaltou que, embora atualmente o fornecimento de água ainda não esteja sendo cobrado diretamente da população, é necessário discutir a questão pensando também no futuro. Relatou que é morador do bairro Marapira há aproximadamente 28 anos e recordou as dificuldades enfrentadas anteriormente para ter acesso à água, quando era necessário cavar o solo e improvisar mecanismos para conseguir pequenas quantidades do recurso. Afirmou que não deseja que a população volte a vivenciar uma situação semelhante. Destacou que houve investimentos significativos da gestão municipal nos últimos anos para a expansão da rede de abastecimento de água, mas ressaltou que a expansão do sistema continua sendo um ponto que precisa de atenção, especialmente diante do crescimento de diversos bairros do Município. Explicou que a população tem direito ao acesso à água, mas que a manutenção e a expansão de um sistema de abastecimento possuem custos elevados. Citou como exemplo as despesas com bombas e energia elétrica, que, segundo informou, ultrapassavam R$ 100.000,00 mensais para a gestão municipal. Segundo o vereador, esses recursos poderiam ser utilizados na ampliação da rede, porém a situação financeira do sistema dificultava novos investimentos. Nesse contexto, explicou que foi realizada a concessão do serviço, inserida em um conjunto de medidas envolvendo outros municípios do Estado do Pará. Recordou que participou de reunião de trabalho e de audiência pública realizada na Escola Mario Arcanjo da Costa, oportunidade em que os vereadores apresentaram suas posições e acompanharam a discussão sobre o serviço de abastecimento. Ressaltou que o Poder Legislativo tem realizado fiscalização e cobranças, mas reconheceu que as medidas adotadas até o momento não foram suficientes para solucionar os problemas existentes. Dirigindo-se ao Vereador Branco Manga, afirmou que, diante da situação, não restaria outra alternativa senão acionar o Ministério Público. Reiterou que a representação foi preparada em conjunto com o Doutor Rogélio e convidou os demais vereadores a assinarem o documento, como forma de apresentar uma resposta à população. Afirmou que o Poder Legislativo não pode ser responsabilizado pela ausência de solução para o problema, destacando que os vereadores têm fiscalizado e cobrado a empresa concessionária e pressionado pela resolução das situações que vêm causando transtornos à população. Em seguida, houve manifestação do Vereador Branco Manga, que parabenizou o Vereador Marcos Paulo pela abordagem do tema e agradeceu por ter se antecipado na

elaboração da representação. Declarou apoio à iniciativa e afirmou que poderia contar com sua participação na luta pela melhoria do abastecimento de água no Município. Retomando a palavra, o Vereador Marcos Paulo agradeceu o apoio e esclareceu que sua atuação não estava relacionada à defesa de qualquer governo ou grupo político específico. Afirmou que sua posição política é conhecida, mas que, acima de qualquer questão partidária, seu objetivo enquanto vereador é defender os interesses da população de Oeiras do Pará. Ressaltou que, independentemente de quem esteja no Governo Federal ou de qual grupo político esteja no poder, sua prioridade é garantir que a população tenha água disponível em suas torneiras. Destacou que o papel dos vereadores é fiscalizar e cobrar para que os serviços públicos sejam prestados adequadamente e para que a população tenha seus direitos assegurados. Na sequência, fez referência à sessão solene realizada na última segunda-feira, na Igreja Assembleia de Deus, destinada a reconhecer a importância do Festival Cultural Evangélico para o Município. Agradeceu aos vereadores que contribuíram para a realização da sessão solene, mencionando os Vereadores Izanides Filho, Kennedy Santana e Roberta Araújo, destacando a importância do requerimento que possibilitou a homenagem. Ressaltou que o Festival Cultural Evangélico teve início com poucas pessoas, no começo dos anos 2000, e que, ao longo dos anos, cresceu significativamente, tornando-se parte da história cultural e social do Município. Mencionou as contribuições apresentadas durante a sessão solene pelo Pastor Pompeu e pelo Vice-Prefeito, Ivail Araújo, destacando a trajetória de crescimento do festival e a importância do trabalho desenvolvido pela Igreja Assembleia de Deus. Afirmou que o Poder Legislativo tem o dever de reconhecer a importância do trabalho social e espiritual desenvolvido pela igreja, destacando que muitas vidas e famílias foram alcançadas por suas ações, inclusive por meio das atividades culturais e do Festival Cultural Evangélico. Ressaltou que não é possível contabilizar quantos jovens, famílias e pessoas foram beneficiados ou transformados pelas ações desenvolvidas pela igreja, mas destacou que esse trabalho já faz parte da história do Município de Oeiras do Pará. Manifestou sua satisfação por ter participado mais uma vez daquele momento e afirmou que, sempre que convidado, faz questão de prestigiar as atividades da Igreja Assembleia de Deus. Finalizou agradecendo novamente pela oportunidade de utilizar a tribuna, desejando um boa noite a todos e afirmando que estará presente na próxima sessão ordinária. Despediu-se dos presentes com um abraço e desejou a todos um boa noite. Com a palavra, o Vereador Osvaldo Alves: que iniciou cumprimentando os nobres colegas vereadores, a Mesa Diretora e todos os

presentes, saudando-os em nome do Vereador Branco Manga. Agradeceu a Deus pela oportunidade de estar presente na sessão, representando o povo de Oeiras do Pará, bem como às pessoas que acompanhavam os trabalhos por meio das rádios e demais meios de comunicação. Cumprimentou o Delegado Caio, presente na sessão, e a assistente Sandy, desejando-lhes boas-vindas. Saudou também o Assessor Jurídico da Câmara, Dr. Rogélio, destacando sua humildade, dedicação e o trabalho desenvolvido junto ao Poder Legislativo, afirmando ter grande admiração por sua atuação. Estendeu os cumprimentos às pessoas que acompanhavam a sessão no interior, nas ilhas e na sede do município. Na oportunidade, saudou especialmente sua amiga Marielma e sua família, seu amigo Hernani, seu filho Bruno e sua esposa, Cássia Costa, que também acompanhavam a sessão. Agradeceu novamente a Deus pela vida e pela oportunidade de exercer o mandato de vereador e representar o Município de Oeiras do Pará. Em seguida, o Vereador Osvaldo Alves relatou algumas visitas realizadas durante a semana, destacando que esteve por duas vezes na localidade de Murujucá, onde encontrou o Vereador Edson Farias. Ressaltou que possui muitos amigos naquela região, afirmando que frequenta o local há mais de quinze ou vinte anos. Mencionou a fala do Vice-Prefeito, segundo a qual não possui eleitores, mas amigos, concordando que a política proporciona a construção de muitas amizades, embora também existem pessoas que não concordam com as ideias e posicionamentos dos agentes políticos. Na sequência, enviou cumprimentos aos seus amigos Perereca, da localidade de Murujucá, destacando a parceria e amizade construída ao longo dos anos. Saudou ainda seu primo Manuel, a quem classificou como parceiro de lutas, ressaltando sua disposição e presença em diferentes horários e situações. Cumprimentou também o Pastor Edner, seu parceiro e amigo, e Oziel Magalhães, agradecendo pela recepção durante visita realizada à sua residência. O Vereador também enviou um abraço à sua amiga Rosa, residente às margens da BR-422, vizinha do Vereador Edson Sousa e aos demais amigos, agradecendo pela parceria de sempre. Dando continuidade ao pronunciamento, abordou a problemática do abastecimento de água e do fornecimento de energia elétrica no município. Destacou a fala anteriormente proferida pelo Vereador Marcos Paulo, afirmando que a água não é luxo, mas uma necessidade essencial para a população. Da mesma forma, ressaltou que a energia elétrica também é indispensável, manifestando preocupação com as constantes oscilações e interrupções no fornecimento, que, segundo relatou, vêm causando a queima de aparelhos e prejuízos financeiros aos moradores. O Vereador lamentou que, muitas vezes, os parlamentares e o Poder Executivo sejam responsabilizados diretamente pelos problemas

enfrentados pela população. Referindo-se à questão do sistema de abastecimento de água, mencionou a fala do Vereador Edson Farias acerca da antiga estrutura de abastecimento, afirmando que, segundo seu entendimento, houve a venda ou terceirização do serviço para uma empresa de São Paulo, pelo valor aproximado de um bilhão e meio de reais. Ressaltou que, diante disso, a responsabilidade pela situação não poderia ser atribuída diretamente a Prefeita, ao Vice-Prefeito ou aos vereadores, mas àqueles que realizaram a negociação mencionada. Destacou, entretanto, que os vereadores não pretendem se eximir de suas responsabilidades, afirmando que o Poder Legislativo está determinado a buscar soluções para os problemas enfrentados pela população e a cobrar providências dos responsáveis, visando solucionar a problemática do abastecimento de água. O Vereador Osvaldo Alves afirmou ainda que, apesar das críticas recebidas, é por meio da atuação política e do comprometimento dos agentes públicos que muitos benefícios chegam ao município. Ressaltou que os vereadores precisam buscar apoio junto aos deputados estaduais, deputados federais, senadores e demais autoridades para viabilizar recursos e investimentos destinados à população. Nesse sentido, questionou se seria comum que empresários ou pessoas com grande poder aquisitivo realizassem, espontaneamente, investimentos de grande porte em benefício do município, como a aquisição de ambulâncias para o hospital ou a construção de pontes e outras obras públicas. Defendeu que, na maioria das vezes, é por meio da articulação política e da busca por emendas parlamentares e recursos junto às demais esferas de governo que esses investimentos são concretizados. O Vereador destacou a atuação da Prefeita Gilma Ribeiro, mencionando suas constantes viagens a Brasília em busca de melhorias para Oeiras do Pará. Relatou que, por meio dessas articulações, a gestora teria estabelecido contato com autoridades, entre elas o Ministro Jader Filho e o Senador Ciro Nogueira, que, segundo afirmou, passaram a demonstrar atenção especial às demandas do município. Ressaltou, ainda, que, por meio dessas articulações e de recursos obtidos junto às autoridades, diversas unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida foram construídas no município, destacando que a Prefeitura, sozinha, não teria condições de executar todas essas ações, sendo necessárias parcerias, emendas e investimentos provenientes de outras esferas de governo. O Vereador afirmou que todos os parlamentares, de alguma forma, buscam contribuir para o desenvolvimento do município, citando como exemplos os Vereadores Branco Manga e Marcos Paulo, além do Vereador Edson Farias, que, segundo mencionou, já teria conseguido recursos e equipamentos para beneficiar a população, incluindo ambulâncias e

outras ações. Na sequência, parabenizou o Senador Beto Faro e a Deputada Federal Dilvana Faro, relatando que esteve recentemente reunido com o Senador, ocasião em que apresentou algumas demandas de interesse do Município de Oeiras do Pará. Segundo o Vereador, o Senador informou que o município deverá ser contemplado com novos assentamentos. Por fim, parabenizou as comunidades quilombolas de Bom Jesus e mencionou seu amigo Márcio, destacando que a comunidade foi contemplada com 20 unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida Rural, com mais de R$ 1 milhão destinados à ação. Ressaltou que a iniciativa possibilitará que famílias que atualmente vivem em condições precárias possam, em breve, ter acesso a uma moradia digna. Concluiu reafirmando que, por meio da atuação política, da articulação institucional e do compromisso dos representantes públicos, é possível conquistar recursos e benefícios para o Município de Oeiras do Pará, deixando registrado seu agradecimento e parabenizando a Deputada Federal Dilvana Faro pelo olhar e atenção dedicados ao município. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o Vereador Osvaldo Alves parabenizou as comunidades quilombolas de Bom Jesus, destacando que foram contempladas com unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida Rural. Informou ainda que, segundo o Senador Beto Faro e a Deputada Federal Dilvana Faro, a região da BR-422 deverá ser contemplada com mais de 300 unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida Rural, ressaltando que a iniciativa representa uma importante conquista para o Município de Oeiras do Pará. Destacou a importância de proporcionar moradia digna às famílias que atualmente vivem em casas de palha ou em condições precárias, afirmando que toda a população deve se alegrar com as conquistas destinadas às pessoas que realmente necessitam. Mencionou também que a comunidade quilombola de Bom Jesus foi contemplada com outras unidades habitacionais e citou ações de construção de moradias na Reserva Extrativista (RESEX), mencionando a localidade Arioca. Ressaltou que os benefícios conquistados representam uma vitória para o povo de Oeiras do Pará, especialmente para aqueles que mais necessitam, e afirmou que, de alguma forma, todos os agentes públicos contribuem, em maior ou menor medida, para o desenvolvimento do município e para a melhoria da qualidade de vida da população. Na oportunidade, parabenizou todas as pessoas que diariamente trabalham e lutam pelo desenvolvimento do município. Afirmou que, enquanto estiver exercendo o mandato de vereador, juntamente com os demais colegas parlamentares, continuará presente e à disposição para contribuir com a melhoria da vida da população. Em seguida, antes de

encerrar seu pronunciamento, o Vereador Osvaldo Alves abordou o Festival Evangélico Cultural, destacando a sessão solene realizada na segunda-feira, na Assembleia de Deus, em comemoração aos 25 anos do Festival Evangélico. Ressaltou que o Festival Evangélico Cultural não representa apenas mais um evento no calendário municipal, mas constitui um momento de comunhão, união e celebração, reunindo pessoas de diferentes denominações religiosas. Destacou que o evento se tornou um encontro que congrega diversas igrejas e comunidades cristãs, independentemente da denominação, citando, entre outras, as Assembleias de Deus, Igrejas Quadrangulares e Deus é Amor. O Vereador agradeceu e parabenizou as pessoas que estiveram à frente da criação e organização do Festival desde seus primeiros anos, destacando especialmente Josué Anaua, que atualmente participa da condução do evento, sem deixar de reconhecer a importância do Pastor Pompeu, a quem atribuiu o início da realização do Festival. Parabenizou, ainda, todos os membros da Assembleia de Deus e afirmou ter sido uma honra, na condição de parlamentar, participar daquele momento histórico de celebração dos 25 anos do Festival Evangélico Cultural. Reconheceu o trabalho de todas as pessoas envolvidas na organização e realização do evento ao longo dos anos, destacando que o Festival já faz parte da história do Município de Oeiras do Pará e se consolidou como um dos eventos de grande relevância e beleza realizados anualmente no município. Por fim, agradeceu novamente a Deus pela oportunidade de participar da sessão e desejou a todos um boa noite, encerrando seu pronunciamento e colocando-se à disposição para uma próxima oportunidade. Com a palavra, a Vereadora Roberta Araújo: que iniciou seu pronunciamento cumprimentando todos os presentes e aqueles que acompanhavam a sessão pelas rádios e redes sociais. Saudou especialmente o Delegado Dr. Caio, a assistente Sandy e a todos os demais presentes, dando-lhes as boas-vindas. A Vereadora destacou o trabalho desenvolvido pelo Delegado Dr. Caio na área da segurança pública, ressaltando sua atuação na defesa da segurança de mulheres, jovens e crianças do Município de Oeiras do Pará. Reforçou o compromisso do Poder Legislativo e da gestão municipal em apoiar o trabalho desenvolvido pelo delegado, colocando a Câmara Municipal à disposição sempre que necessário. Ressaltou ainda o respeito, o apreço e a admiração demonstrados pelos vereadores pelo trabalho do referido profissional. Dando continuidade, afirmou que tudo aquilo que puder contribuir para o desenvolvimento do município terá seu apoio. Dirigiu-se à população que acompanha os trabalhos legislativos pelas redes sociais e pelas rádios, destacando a importância da participação popular e das cobranças feitas aos vereadores, uma vez que essas manifestações auxiliam o Poder

Legislativo na busca por soluções para os problemas enfrentados pela população. Na sequência, referiu-se ao pronunciamento do Vereador Marcos Paulo acerca da problemática do abastecimento de água no município, parabenizando-o pela iniciativa de apresentar uma medida concreta. Declarou seu apoio à representação que seria encaminhada ao Ministério Público contra a empresa concessionária responsável pelo serviço de abastecimento de água, afirmando que assinaria o documento ao término da sessão. Ressaltou que, quando se trata da defesa da população de Oeiras do Pará, não deve existir distinção entre lados políticos, destacando que os vereadores estão no Parlamento para defender as pessoas que confiaram em seus mandatos, especialmente aquelas que não possuem espaço de fala na tribuna ou condições de se deslocar até Belém ou outros órgãos para reivindicar seus direitos. Relatou que, dias antes, encaminhou um vídeo à Secretária de Infraestrutura, Cilene, por volta das 7h15 da manhã, demonstrando que, ao abrir a torneira de sua residência para preparar o café da manhã do filho, não havia água disponível. Destacou que, anteriormente, quando o serviço de abastecimento estava sob responsabilidade do município, havia maior possibilidade de contato direto com a Secretaria responsável, permitindo que a população fosse informada e se organizasse diante de eventuais interrupções. A Vereadora afirmou que a situação atual demonstra a importância de valorizar determinados serviços somente quando eles deixam de funcionar, mencionando que, durante a gestão municipal anterior, a população frequentemente criticava a administração pelos problemas relacionados à água, mas que, segundo seu relato, havia comunicação prévia quando ocorria necessidade de interrupção do abastecimento. Ressaltou também que a Câmara Municipal e a Prefeita Gilma Ribeiro vêm cobrando providências e melhorias no sistema de abastecimento, mencionando ter conhecimento de ofícios assinados pela gestora desde a transferência da responsabilidade do serviço para a empresa concessionária. Dirigindo-se à população de Oeiras do Pará, afirmou que os vereadores continuarão à disposição para buscar soluções. Destacou que os próprios vereadores também enfrentam os problemas existentes no município, citando as dificuldades relacionadas ao abastecimento de água, à iluminação pública e às demais questões que atingem diretamente os moradores. A Vereadora afirmou ainda que, em seus contatos com a população, procura deixar claro que seu mandato não é voltado apenas para interesses pessoais, mas também para seus filhos e, futuramente, para seu neto, manifestando o desejo de que as próximas gerações possam viver em um município próspero, organizado e com melhores condições de vida. Reforçou seu apoio à iniciativa

apresentada pelo Vereador Marcos Paulo e afirmou que, se necessário, estará à disposição para acompanhar os demais vereadores na busca por uma solução para a problemática da água. Reiterou que a questão não deve ser tratada sob a perspectiva de lado A ou lado B, mas sim como uma defesa dos interesses do povo e do Município de Oeiras do Pará. Em seguida, mencionou a atuação da Prefeita Gilma Ribeiro e da Presidente da Câmara, bem como do Vereador Edson Sousa, que se encontravam acompanhando as ações da Caravana na BR-422. Desejou que Deus os abençoe e proteja durante o trabalho, especialmente diante dos riscos, do cansaço e das dificuldades enfrentadas nas estradas. Relatou que acompanhou a Caravana durante os três primeiros dias de atividades na BR-422 e pôde vivenciar de perto as dificuldades enfrentadas para levar os serviços públicos às comunidades mais afastadas. Destacou que, embora já tivesse experiência com as dificuldades de levar serviços às comunidades ribeirinhas e à zona rural, percebeu que, na região da BR-422 e nos ramais, os desafios são ainda maiores. A Vereadora parabenizou todos os envolvidos na Caravana, afirmando que o trabalho realizado tem produzido resultados positivos. Relatou ter ouvido diversos testemunhos de famílias atendidas pelas ações, destacando a importância da aproximação dos serviços públicos com as comunidades. Na sequência, dirigiu-se ao Vereador Branco Manga para informar que seu pedido havia sido encaminhado à Diretoria da Câmara. Esclareceu que solicitou o levantamento de todas as indicações apresentadas pelos vereadores, com o objetivo de organizar o material e disponibilizá-lo posteriormente em formato PDF aos parlamentares. Em seguida, abordou o assunto relacionado aos precatórios do FUNDEF, anteriormente tratado pelo Vereador Izanides Filho. A Vereadora afirmou ter ficado pensativa diante do relato sobre um professor que faleceu sem receber os valores que aguardava, ressaltando que já se passou um longo período desde a origem do precatório e que diversas administrações municipais já passaram pelo município sem que, segundo sua avaliação, houvesse a mesma iniciativa para buscar a recuperação desses recursos. Ressaltou que não faz parte de sua postura política criticar ou responsabilizar gestores anteriores, afirmando que prefere concentrar sua atuação na gestão atual, da qual participa como vereadora em seu segundo mandato, juntamente com a Prefeita Gilma Ribeiro. Destacou que a atual gestão buscou providências para tentar recuperar os recursos dos precatórios para o município, afirmando que a Prefeita Gilma Ribeiro deu entrada nas medidas necessárias para que os valores possam ser recebidos o quanto antes. Manifestou o desejo de que, inclusive, sua mãe, que é professora do município, possa receber os valores a que tenha

direito, ressaltando a preocupação de que outros profissionais possam falecer sem receber os recursos que aguardam há tantos anos. A Vereadora ressaltou que a proposta encaminhada à Câmara Municipal representa uma iniciativa de transparência, uma vez que o projeto será analisado pelos onze vereadores, que terão autonomia para votar favoravelmente ou contrariamente à matéria após sua análise. Informou ainda que já havia conversado com a Prefeita acerca da possibilidade de realização de uma audiência pública para discutir os precatórios, afirmando que, na reunião realizada, a gestora não se opôs à realização do debate com os interessados. Reforçou que o objetivo não é retirar direitos de qualquer pessoa, especialmente dos profissionais da educação. Destacou que diversos vereadores possuem familiares ligados à área da educação e que, portanto, há interesse comum na defesa dos direitos dos professores e demais profissionais que possam ser beneficiários dos precatórios. A Vereadora mencionou, ainda, o exemplo de um município que teria adotado procedimento semelhante, realizando o leilão apenas da parcela correspondente aos 40% dos recursos, enquanto os 60% destinados aos profissionais da educação permaneceriam assegurados aos beneficiários. Citou o Banco Itaú como vencedor do procedimento mencionado, ressaltando tratar-se de uma instituição financeira de grande porte. Defendeu, por fim, que o projeto seja devidamente estudado pelos vereadores antes de qualquer conclusão, evitando a criação de dúvidas ou preocupações desnecessárias entre a população, especialmente entre os professores beneficiários dos recursos. Em aparte, o Vereador Edson Farias agradeceu a Vereadora por abordar o assunto e parabenizou-a pela forma como apresentou a questão. Afirmou que, caso o Município de Oeiras do Pará adotasse uma modalidade semelhante àquela mencionada pela Vereadora, em que somente os 40% fossem objeto de leilão, votaria contrário à proposta. Explicou que, em conversas com professores e demais profissionais da educação abrangidos pelo período de 1998 a 2006, muitos manifestaram o desejo de receber os valores o quanto antes, considerando o longo período de espera. Ressaltou ainda a incerteza quanto ao futuro, questionando quanto tempo ainda seria necessário aguardar para que os recursos fossem efetivamente pagos. Em seguida, a Vereadora Roberta Araújo concedeu aparte ao Vereador Izanides Filho, que esclareceu que, em seu pronunciamento anterior, havia afirmado por duas vezes que não era contrário à proposta relacionada aos precatórios, ressaltando que sua principal preocupação era garantir transparência no processo. O Vereador afirmou que considera necessária a realização de uma audiência pública por parte da Prefeitura, a fim de informar aos servidores beneficiários sobre como será

conduzido o procedimento, quais serão as condições e de que forma ocorrerá a operação. Destacou que os servidores públicos têm o direito de conhecer os detalhes do processo por meio dos mecanismos de transparência pública. Retomando a palavra, a Vereadora Roberta Araújo esclareceu que não havia afirmado que o Vereador Izanides Filho era contrário à proposta, ressaltando que compreendia sua preocupação com a transparência. Explicou que a Prefeitura não poderia antecipar qual instituição financeira participaria ou venceria eventual procedimento, mencionando, como exemplos, Itaú, Bradesco ou Caixa, uma vez que se trata de processo licitatório. A Vereadora destacou que a transparência também está presente no fato de a matéria ter sido encaminhada à Câmara Municipal, pois o projeto será submetido à análise e votação dos vereadores. Ressaltou que a matéria passará pelas respectivas comissões, manifestando respeito e confiança no trabalho dos parlamentares responsáveis pela análise. Na sequência, parabenizou o Vereador Izanides Filho pelas quatro eleições em que conseguiu obter êxito na referida escola, destacando sua ligação com a região da Santina e afirmando também possuir vínculos familiares e afetivos com a localidade de Urubuena, onde nasceu e foi criada, ressaltando que ambos possuem ligação com a mesma região e são parentes. A Vereadora manifestou interesse em acompanhar, juntamente com o Vereador Izanides Filho, a situação relacionada às parcelas destinadas à Escola Agroextrativista, ressaltando, com orgulho, que Oeiras do Pará possui uma escola com essa característica na zona rural. Destacou ainda sua ligação familiar com a instituição, mencionando que a escola possui seu sobrenome, em razão de sua ascendência familiar. Informou que, conforme seu conhecimento, a escola já teria recebido duas parcelas de recursos, sendo que uma delas seria no valor de aproximadamente R$ 100.000,00, e que parte desse recurso já teria sido aplicada, com a respectiva prestação de contas encaminhada por meio do PDDE, ressalvando que essas informações ainda deveriam ser devidamente verificadas. A Vereadora afirmou que pretende, juntamente com o Vereador Izanides Filho, buscar informações sobre a aplicação dos recursos e, caso seja procurada pelos moradores da localidade, também estará à disposição para acompanhar a situação. Ressaltou que, embora não resida diretamente na comunidade, possui vínculos familiares com a região, uma vez que seus pais são oriundos daquele local. Sugeriu ainda que, em momento oportuno, seja realizada uma reunião na própria escola, com a participação dos moradores, professores e demais interessados, para que sejam prestados esclarecimentos acerca da aplicação dos recursos. Contudo, afirmou que aguardará inicialmente a manifestação do Ministério Público, conforme mencionado.

anteriormente pelo Vereador Izanides Filho. Dando continuidade ao seu pronunciamento, a Vereadora Roberta Araújo informou aos nobres pares que a Câmara Municipal havia recebido um convite da Secretaria Municipal de Educação para participar da solenidade do Desfile Cívico de 7 de setembro, destacando o tema: "Pertencer, reconhecer, participar é transformar: Oeiras do Pará, um território de todos". Realizou a leitura do convite, informando que a Secretaria Municipal de Educação de Oeiras do Pará convidava os vereadores e vereadoras da Câmara Municipal para prestigiarem o evento alusivo à Independência do Brasil, ressaltando que seria um momento de valorização da história, da cidadania e do sentimento de pertencimento da população. Informou que o evento seria realizado no dia 4 de setembro, às 7h30, na localidade de Nossa Senhora das Graças, na região da Costeira. A Vereadora parabenizou a Secretária Municipal de Educação, Michele Santana, a Prefeita Gilma Ribeiro e toda a equipe da Secretaria de Educação pela iniciativa de levar uma celebração cívica de tamanha importância para além da sede do município. Destacou que uma das características da atual gestão, em sua avaliação, tem sido a descentralização de serviços e ações que anteriormente ficavam concentrados na sede municipal, levando-os às comunidades mais distantes. Manifestou a expectativa de que, futuramente, outras comunidades da zona rural e ribeirinha também possam sediar eventos cívicos semelhantes, incluindo a região da BR-422. Ressaltou a importância de valorizar as raízes, a história e o sentimento de pertencimento da população de Oeiras do Pará. Destacou ainda a realização do Campeonato Rural, mencionando a atuação do Vereador Marcos Paulo e ressaltando que a iniciativa também representou uma forma de descentralização das atividades esportivas, levando o esporte para as comunidades rurais, ribeirinhas e para a região da BR-422. A Vereadora afirmou que muitas pessoas que anteriormente não tiveram oportunidade de participar de competições esportivas passaram a ter essa possibilidade por meio do campeonato, destacando a organização da competição pela gestão municipal, por intermédio da Secretaria de Cultura e do Departamento de Esportes. Por fim, reforçou o convite aos nobres vereadores para participarem do Desfile Cívico, agradeceu à Secretária Mikely Santana pelo convite e desejou que todos pudessem estar presentes no evento. Encerrou seu pronunciamento agradecendo a Deus e desejando saúde a todos, manifestando a expectativa de retornar à sessão seguinte para continuar debatendo assuntos de interesse da população de Oeiras do Pará. Agradeceu a atenção de todos. ORDEM DO DIA Na Ordem do Dia, foram colocados em discussão e votação os pareceres dos relatores e das comissões acerca da análise do

Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2026, de 7 de abril de 2026, de autoria do Vereador Edson Sousa, que institui diretrizes para o atendimento prioritário de comunidades ribeirinhas e de moradores de localidades rurais do Município, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências. A Presidência convidou o Vereador Marcos Paulo Leitão para realizar a defesa do parecer do relator e do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final – COLEJURF, referentes à matéria. Com a palavra, o Vereador Marcos Paulo Leitão: que inicialmente parabenizou o Vereador Edson Souza pela iniciativa, ressaltando a importância da proposição diante das características geográficas e culturais do Município de Oeiras do Pará, cuja população possui forte identidade ribeirinha e rural. Destacou que, embora os serviços públicos estejam chegando cada vez mais próximos da população por meio das ações desenvolvidas pela gestão municipal, especialmente nas áreas de assistência social e saúde, ainda existem dificuldades de acesso enfrentadas pelos moradores das comunidades mais distantes da sede municipal. Na qualidade de Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, apresentou manifestação favorável ao Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2026, de autoria do Vereador Edson Sousa, do PDT, afirmando que, após análise da proposição, não identificou vício de iniciativa, ilegalidade ou inconstitucionalidade. Ressaltou que o projeto trata de matéria de interesse local, buscando reduzir barreiras territoriais e ampliar o acesso da população ribeirinha e rural aos serviços públicos municipais. Dessa forma, manifestou parecer favorável à tramitação e aprovação da matéria. Em seguida, realizou a defesa do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, informando que a comissão acompanhou o parecer do relator por entender que a proposição está revestida de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regularidade regimental e boa técnica legislativa. Destacou que o projeto busca promover igualdade material no atendimento administrativo, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelas comunidades ribeirinhas e pelos moradores das localidades rurais, especialmente em razão das distâncias, das dificuldades de deslocamento e do acesso efetivo aos serviços públicos. Assim, a comissão opinou pela aprovação da matéria e seu regular encaminhamento ao Plenário. Na discussão, o Vereador Marcos Paulo Leitão ressaltou que se trata de um projeto de fácil compreensão e de grande importância para a população. Destacou que é comum moradores do interior se deslocarem até a sede do município para resolver questões relacionadas à documentação, cartórios e demais repartições públicas. Mencionou também as dificuldades enfrentadas na área da saúde, relatando que muitos moradores precisam se deslocar até a

sede para consultas e exames médicos. Citou, especialmente, a população residente às margens da BR-422, que precisa sair de suas localidades nas primeiras horas do dia e, muitas vezes, chega à sede somente por volta das 8h30, 9h ou 10h, podendo não conseguir atendimento em razão da grande demanda existente nos órgãos públicos. Esclareceu que a proposição não pretende retirar o direito de atendimento de qualquer cidadão, mas garantir que a população ribeirinha e rural tenha acesso adequado aos serviços públicos ofertados pelo município. Ressaltou que a medida representa uma forma de fazer justiça às pessoas que enfrentam maiores dificuldades de deslocamento e acesso à sede municipal. Reconheceu que diversas ações vêm sendo realizadas pela gestão municipal, especialmente nas áreas da saúde e assistência social, mas afirmou ser necessário manter um olhar criterioso e humano sobre as necessidades da população que reside nas áreas mais distantes. Concluiu defendendo que a medida contribuirá para a humanização do atendimento e para a ampliação da acessibilidade aos serviços públicos, seja na área da saúde, assistência social ou administrativa. Manifestou seu voto favorável à aprovação da matéria e parabenizou novamente o Vereador Edson Sousa pela iniciativa. A Presidência agradeceu ao Vereador Marcos Paulo Leitão e informou que, antes de prosseguir com a discussão em Plenário, seria ouvido o parecer da Comissão de Ações Sociais, convidando o Vereador Branco Manga para realizar a defesa do parecer do relator e do parecer da referida comissão. Com a palavra, o Vereador Branco Manga, que cumprimentou os colegas vereadores e, antes de realizar a defesa dos pareceres, parabenizou o Vereador Edson Souza pela iniciativa, afirmando concordar plenamente com a proposição, por entender que ela contribuirá para melhorar e facilitar o atendimento às pessoas residentes nas comunidades do interior. Ressaltou a importância da aprovação do projeto e manifestou a expectativa de que, posteriormente, a Prefeita Municipal possa sancionar a matéria, destacando também as dificuldades relacionadas ao deslocamento enfrentadas pela população rural e ribeirinha. Na qualidade de Relator da Comissão de Ações Sociais, apresentou manifestação favorável ao Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2026, de autoria do Vereador Edson Sousa. Destacou que a proposição institui diretrizes para o atendimento prioritário das comunidades ribeirinhas e dos moradores das localidades rurais no âmbito da Administração Pública Municipal. No mérito social, considerou a matéria pertinente, uma vez que busca reduzir barreiras territoriais, ampliar o acesso efetivo aos serviços públicos e promover a igualdade material no atendimento administrativo. Dessa forma, manifestou parecer favorável à aprovação da matéria. Na defesa do parecer da Comissão de Ações Sociais, informou que

a comissão acompanhou o parecer do relator por entender que a proposição está dentro da competência regimental, por tratar de interesse social, prestação de serviços públicos locais, redução das desigualdades territoriais e atendimento da população ribeirinha e rural. Destacou que o projeto busca assegurar atendimento prioritário e adequado aos grupos que enfrentam maiores dificuldades de deslocamento e acesso aos serviços públicos municipais, em razão da distância, das limitações logísticas e das condições territoriais específicas. Assim, a comissão opinou pela aprovação da matéria e seu regular encaminhamento ao Plenário. A Presidência agradeceu ao Vereador Branco Manga e abriu espaço para discussão após a leitura dos pareceres das duas comissões. Com a palavra, o Vereador Edson Sousa, autor da matéria, que agradeceu aos nobres colegas pelas manifestações e pelas defesas realizadas, ressaltando que os vereadores contribuíram para esclarecer e fortalecer ainda mais os objetivos do projeto. Afirmou que a proposição vem fortalecer ações que já estão sendo desenvolvidas pela gestão municipal, especialmente no sentido de facilitar a vida e o acesso aos serviços públicos daqueles que, segundo ele, anteriormente não recebiam a devida atenção. Agradeceu ao Vereador Marcos Paulo Leitão pela defesa do parecer e ao Vereador Branco Manga pela contribuição apresentada, ressaltando que a Câmara Municipal vem demonstrando compromisso com a população, especialmente com aqueles que residem nas áreas mais distantes da sede municipal. Manifestou a expectativa de aprovação da matéria e afirmou acreditar que, com a sensibilidade da Prefeita Gilma Ribeiro, posteriormente a lei será sancionada, garantindo mais esse benefício à população, além de outras ações já existentes. Agradeceu aos colegas. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Izanides Filho, que parabenizou o Vereador Edson Sousa pela proposição. Afirmou ser também ribeirinho e relatou já ter presenciado diversas situações em que moradores das comunidades precisam se deslocar até a sede municipal, chegando pela manhã e tendo que retornar por volta do meio-dia, em razão das limitações de horário e deslocamento. Destacou que o projeto poderá beneficiar significativamente essa população e sugeriu que, nos locais onde houver atendimento público destinado à população, seja afixada uma placa informativa indicando a preferência de atendimento às comunidades ribeirinhas e aos moradores das localidades rurais, de modo que esses cidadãos possam ser identificados e atendidos com maior celeridade. Na sequência, a Presidência manifestou sua expectativa de que a Prefeita Municipal, considerando sua sensibilidade para com a população ribeirinha e toda a população de Oeiras do Pará, sancione com satisfação o projeto de lei em discussão. Destacou que

algumas repartições públicas municipais já vêm realizando atendimento diferenciado e priorizando, dentro de suas possibilidades, os moradores das comunidades ribeirinhas, ressaltando, contudo, que a aprovação do projeto contribuirá para consolidar e regulamentar essa prioridade no atendimento. A Presidência ressaltou ainda a importância das considerações apresentadas pelo Vereador Marcos Paulo Leitão durante a defesa da matéria e afirmou que, caso estivesse na condição de parlamentar com direito a voto, votaria favoravelmente ao projeto, considerando-o uma iniciativa de grande relevância para a população. Em seguida, a Presidência informou que seria realizada a votação dos pareceres das duas comissões em conjunto, colocando em votação os pareceres da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final – COLEJURF e da Comissão de Assunto Sociais – CAS, referentes à análise do Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2026, de 7 de abril de 2026, de autoria do Vereador Edson Sousa. Procedida à chamada nominal, manifestaram-se: Vereador Izanides Filho: pela aprovação; Vereador Edson Farias: pela aprovação; Vereador Marcos Paulo Leitão: pela aprovação; Vereador Edson Sousa, autor da matéria: pela aprovação; Vereador Osvaldo Alves: pela aprovação: Vereador Drô Alfaia: pela aprovação; Vereador Branco Manga: pela aprovação. Os pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Assunto Sociais foram aprovados por unanimidade. Dando prosseguimento, a Presidência colocou em votação o Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2026, de 7 de abril de 2026, de autoria do Vereador Edson Sousa, que institui diretrizes para o atendimento prioritário de comunidades ribeirinhas e de moradores de localidades rurais do Município, no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências. Procedida à votação nominal, manifestaram-se: Vereador Branco Manga: sim; Vereador Drô Alfaia: sim; Vereador Osvaldo Alves: pela aprovação; Vereador Edson Sousa: pela aprovação; Vereador Marcos Paulo Leitão: sim; Vereador Edson Farias: pela aprovação; Vereador Izanides Filho: pela aprovação. O Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2026 foi aprovado por unanimidade. A Presidência parabenizou os vereadores pela aprovação da matéria, destacando que a população de Oeiras do Pará recebe com satisfação mais esse projeto de lei, que busca garantir maior acessibilidade e prioridade no atendimento aos moradores das comunidades ribeirinhas e localidades rurais. Não havendo mais nada a tratar, a Presidência declarou encerrada a presente sessão, realizada nesta quarta-feira, agradecendo a presença e a participação de todos.

Assinatura dos vereadores presentes na décima sexta sessão ordinária do segundo período Legislativo da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, realizada no dia 02 de setembro de 2026.

BRANCO MANGA - Vereador - AGIR

DRÔ ALFAIA – Vereador – PDT

IZANIDES FILHO – Vereador – PDT

EDSON FARIAS – Vereador – PP

EDSON SOUSA – Vereador – PDT

OSVALDO ALVES –Vereador –PP/SEGUNDO SECRETÁRIO

Continuação da assinatura da ata da décima sexta sessão ordinária, realizada no dia 02 de setembro de 2026.

Roberta Cristiany Alfaia Araújo

ROBERTA ARAÚJO– Vereadora – REPUB./ PRIMEIRA SECRETÁRIA

MARCOS PAULO – Vereador – REPUBLICANO